

Concurso Público para provimento dos cargos de servidores efetivos do
Ministério Público do Estado do Acre (MPAC)

ANALISTA MINISTERIAL - DIREITO

CADERNO DE QUESTÕES

17/12/2023

DISCIPLINA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Conhecimentos Gerais do Mundo, Brasil e Acre	11 a 15
Noções de Informática	16 a 20
Ética no Serviço Público e Legislação Institucional	21 a 30
Conhecimentos Específicos do Cargo	31 a 60
Prova Discursiva	-

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Na guarda, guerreiro, levanta a cabeça.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao(a) fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha e prova discursiva. Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o(a) fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. A questão deixada em branco, com rasura ou com marcação dupla terá pontuação ZERO.

CONCURSO PÚBLICO

Leia o Texto 1 para responder às questões de 01 a 04.

Texto 1

Como se referir a pessoas que possuem deficiência? A pergunta é feita com frequência ao Núcleo de Inclusão. A resposta é muito simples: Pessoa com Deficiência, que é a forma correta e oficial.

Essa terminologia foi definida pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, sendo aprovado em 13 de dezembro de 2006 pela Assembleia Geral da ONU. O termo foi ratificado no Brasil, com equivalência de emenda constitucional, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e promulgado pelo Decreto nº 6.949/2009.

Pessoa Portadora de Deficiência (PPD) ou Portador de Necessidades Especiais (PNE) são termos incorretos e devem ser evitados, uma vez que não traduzem a realidade de quem possui deficiência. A deficiência não se porta, ela é uma condição existencial da pessoa.

Esperamos que essa primeira Semente da Inclusão tenha sido útil para você. Acreditamos que o respeito à diversidade é solo fértil para o desenvolvimento de ideias inovadoras e garantia de uma Justiça acessível para todos.

Para mais informações, procure o Núcleo de Inclusão do TJDFT.

MORAGAS, Vicente Junqueira. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-inclusao/como-se-referir-a-pessoas-que-possuem-deficiencia>>. Acesso em: 10 nov. 2023. [Adaptado].

QUESTÃO 01

Em relação à organização textual e ao tema abordado, o segundo parágrafo apresenta característica

- (A) dialogal, por meio de interlocução dinâmica, acerca de mudanças de estado formal e de conteúdo ocorridas com uma terminologia usada para se referir a um público específico.
- (B) descritiva, a partir de uma percepção subjetiva, de acontecimentos relacionados ao emprego de termos técnicos para se referir a um determinado grupo de pessoas.
- (C) argumentativa, por meio da apresentação de motivos e evidências, para convencimento do uso de determinada terminologia para fazer referência a um grupo social.
- (D) injuntiva, por intermédio de orientações e instruções, sobre o uso de uma terminologia específica para fazer referência a um determinado grupo de pessoas.

QUESTÃO 02

Considerando o propósito comunicativo, o fator de textualidade que se destaca no penúltimo parágrafo é a

- (A) coesão.
- (B) intencionalidade.
- (C) coerência.
- (D) intertextualidade.

QUESTÃO 03

Na expressão “essa primeira Semente da Inclusão”, identifica-se o seguinte mecanismo de construção de sentido

- (A) pressuposto.
- (B) ironia.
- (C) citação.
- (D) comparação.

QUESTÃO 04

A relação semântica estabelecida entre as duas orações justapostas no último período sintático do terceiro parágrafo é de

- (A) alternância.
- (B) concessão.
- (C) conformidade.
- (D) explicação.

RASCUNHO

Leia o Texto 2 para responder às questões de **05 a 07**.

Texto 2

Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), por meio da Promotoria de Justiça Cumulativa de Assis Brasil, obteve, nesta quarta-feira, 08/11/2023, uma liminar favorável para garantir a educação inclusiva e adequada para estudantes com deficiência na rede pública estadual de ensino.

A ação civil pública foi ajuizada pelo MPAC depois que os pais denunciaram a suspensão do acompanhamento, que é necessário para desenvolvimento do processo de cognição de crianças com deficiência. Além disso, o MPAC também foi comunicado que o serviço havia sido interrompido em razão do término do contrato dos profissionais mediadores com a Secretaria de Estado de Educação (SEE).

O promotor de Justiça Substituto Eduardo Lopes de Faria solicitou a concessão de uma medida liminar para garantir a continuidade do atendimento especializado. A liminar, concedida em caráter de urgência, determinou a recontração dos profissionais que estavam prestando assistência aos alunos na rede pública de ensino.

O juiz Clóvis Lodi, titular da Vara Única – Cível da Comarca de Assis Brasil, estabeleceu o prazo de 48 horas para que a liminar seja atendida, sob pena de multa no valor de R\$ 200 mil por cada dia que um aluno com deficiência ficar sem acompanhamento especializado na sala de aula, até que seja realizado concurso público para contratação definitiva de profissionais especializados.

Agência Notícias do MPAC. Disponível em: <<https://www.mpac.mp.br/assis-brasil-mpac-obtem-liminar-para-permanencia-de-mediadores-que-atendem-alunos-com-deficiencia/>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

QUESTÃO 05

Considerando suas características formais e seu conteúdo, a função social do texto é

- (A) questionar de modo incisivo a decisão judicial que estabelece multa por dias que alunos com deficiência permanecerem sem acompanhamento especializado.
- (B) fornecer com precisão vocabular e por meio de dados seguros informações relevantes acerca da educação inclusiva aos estudantes com deficiência.
- (C) opinar com argumentos consistentes sobre o fato de pais de estudantes com deficiência denunciarem violações a direitos educacionais de seus filhos.
- (D) tecer elogios à Promotoria de Justiça Cumulativa de um município acreano por obter uma liminar para proteger direitos de estudantes com deficiência.

QUESTÃO 06

A expressão “educação inclusiva”, mencionada no primeiro parágrafo, é retomada, em outros trechos do texto, predominantemente por meio de

- (A) elipse.
- (B) repetição lexical.
- (C) contiguidade semântica.
- (D) pronominalização catafórica.

QUESTÃO 07

Em “A liminar, concedida em caráter de urgência, determinou a recontração dos profissionais que estavam prestando assistência aos alunos na rede pública de ensino”, a função sintática do termo entre vírgulas é de

- (A) adjunto adverbial temporal de um termo da oração principal.
- (B) oração subordinada adjetiva restritiva reduzida de gerúndio.
- (C) aposto explicativo de um outro termo constituinte da oração principal.
- (D) oração subordinada adjetiva explicativa reduzida de participio.

Leia o Texto 3 para responder às questões de **08 a 10**.

Texto 3

A primeira vez que entendi

A primeira vez que entendi do mundo
alguma coisa
foi quando na infância
cortei o rabo de uma lagartixa
e ele continuou se mexendo.

De lá pra cá
fui percebendo que as coisas permanecem
vivas e tortas
que o amor não acaba assim
que é difícil extirpar o mal pela raiz.

A segunda vez que entendi do mundo
alguma coisa
foi quando na adolescência me arrancaram
do lado esquerdo três certezas
e eu tive que seguir em frente.

De lá pra cá
aprendi a achar no escuro o rumo
e sou capaz de decifrar mensagens
seja nas nuvens
ou no grafite de qualquer muro.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. A primeira vez que entendi. *Poesia Reunida*. V. 3. 1ª Ed. Porto Alegre: L&PM, 2014. p. 15-16.

QUESTÃO 08

No texto, o eu poético

- (A) revela sentimentos de culpa e tristeza por ter maltratado animais frágeis quando era uma criança.
- (B) expõe uma frustração em relação às dificuldades encontradas para destruir a origem de males naturais.
- (C) manifesta conhecimentos obtidos a partir de experiências e de acurada observação da natureza humana.
- (D) faz um protesto contra injustiças do mundo direcionadas a pessoas e animais em diversas fases da vida.

QUESTÃO 09

Na segunda estrofe do poema, a palavra “que” está sendo usada como

- (A) um pronome relativo.
- (B) uma partícula expletiva.
- (C) uma conjunção integrante.
- (D) um advérbio de intensidade.

QUESTÃO 10

As inversões na ordem gramatical de sintagmas, realizadas pelo eu poético em alguns versos do texto, visam a

- (A) criar um efeito surpresa nas frases e realçar o sentido manifestado nas palavras.
- (B) fazer interrupções não programadas nas frases e mudar o significado das palavras.
- (C) obstruir a sequência lógica das frases e alterar o sentido das palavras no discurso.
- (D) enfatizar uma pessoa do discurso nas frases e alargar a expressividade da mensagem.

RASCUNHO**RASCUNHO**

QUESTÃO 11

Leia o texto a seguir.

O trabalho de costura e acabamento, quando terceirizado, é realizado por facções. Na indústria da confecção, facção refere-se ao trabalho informal e precário de costureiras domiciliares. Por ser informal, não se tem o exato número de facções presentes na indústria da confecção de (...).

O perfil das costureiras faccionistas, são mulheres. Têm em comum o fato de serem casadas, possuírem filhos e algumas até netos, sendo que suas idades variam entre 30 e 50 anos. Dentre as entrevistadas, apenas duas permaneciam no estado civil de solteiras e não possuíam filhos. Este perfil (...) parece ser o preferencial dos empresários, pelo fato de representarem maior estabilidade do que as solteiras, que buscam melhores oportunidades de emprego.

NEVES, Magda de A. et al. Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 11-34, jan./abr. 2007.

As mudanças no mundo do trabalho ocorrem de modo gradual e constante. A situação das costureiras faccionistas descrita no texto é um exemplo do processo de enfraquecimento da regulação dos direitos do trabalho, demonstrando

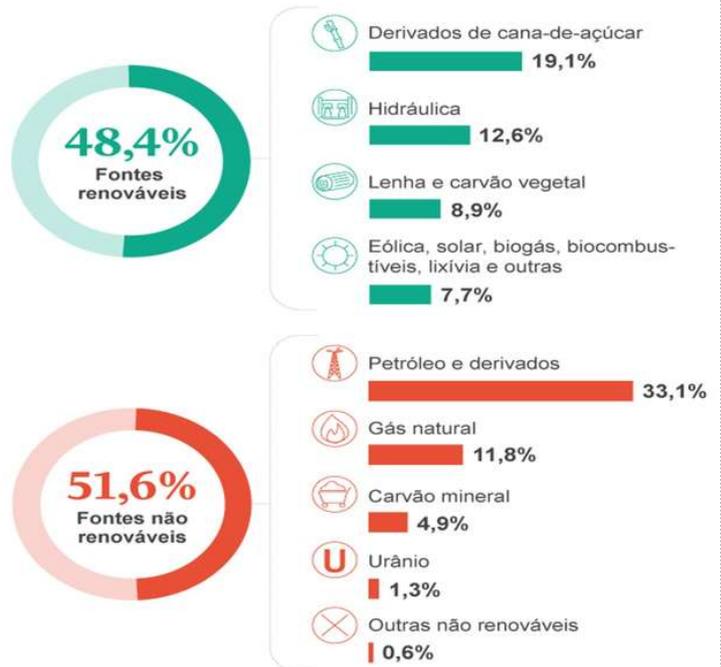
- (A) a presença de estratégias de exploração sem vantagem para um grupo e que se vale das relações de gênero.
- (B) o aumento de formas flexíveis de empregos temporários em épocas específicas do ano.
- (C) a criação de cooperativas de trabalho que promovem uma divisão igualitária de lucro.
- (D) o crescimento dos contratos de empresas terceirizadas, aumentando a circulação de funcionários.

RASCUNHO

QUESTÃO 12

Observe o infográfico a seguir.

Como se divide a Energia total disponível no país



Fontes: Petrobras; AIE; Relatório Síntese do Balanço Energético Nacional da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) de 2021, com base no ano de 2020, último disponível; Programa Mensal de Operação Energética (PMO) de maio de 2022 do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)

A matriz energética brasileira é considerada uma das mais limpas do mundo e destaca o país entre os mais capazes de contribuir com a redução do impacto da geração de energia no efeito estufa. O infográfico evidencia que

- (A) a energia eólica proporciona a redução da dependência dos combustíveis fósseis, permitindo a diminuição da emissão dos gases do efeito estufa.
- (B) a energia no Brasil é variada, sendo proveniente de fontes renováveis e não renováveis, com destaque para fontes advindas de antigos depósitos orgânicos em zonas de bacias sedimentares.
- (C) a energia hidrelétrica responde pela maior parte da geração anual de energia do país, embora seus recursos deixem de ser usados para geração de eletricidade.
- (D) a energia proveniente de gás natural, um combustível fóssil, contribui com o aquecimento global, embora ele possa ser utilizado em indústrias, residências, comércio e carros.

QUESTÃO 13

Observe o quadro a seguir, do artista Hélio Melo.



Disponível em: <<https://almaacreana.blogspot.com/2018/07/o-acre-cabe-todo-em-uma-so-arvore.html>>. Acesso em: 11 nov. 2023.

Um dos fatores econômicos responsáveis pela formação do Estado do Acre foi a busca pela borracha, cujo primeiro ciclo ocorreu de 1880 a 1920. O quadro de Hélio Melo é uma representação do seringal, que destaca

- (A) o barracão, armazém do seringalista, onde ficam todos os produtos para o corte e uso diários das famílias.
- (B) as colocações, semi-unidades onde moram as famílias responsáveis pela produção da borracha.
- (C) o tapiri, onde o seringueiro transforma, com a defumação, o látex em pelotas de borracha.
- (D) as estradas de borracha, caminhos da floresta por onde se deslocam e se comunicam os seringueiros.

QUESTÃO 14

Os conflitos nacionalistas do Oriente Médio protagonizados por israelenses e palestinos são históricos e têm na sua origem uma ideologia política originalizada pela intensificação do antissemitismo na Europa, que defende a autodeterminação do povo judeu com objetivo de criação do Estado judeu. Essa ideologia trata-se de

- (A) fascismo.
- (B) sionismo.
- (C) anarquismo.
- (D) nazismo.

QUESTÃO 15

Leia o trecho da música *Tropicalia Jacta Es*, a seguir.

(...)
 Era urgente / sair da tunda
 Levar a gente / para a Segunda
 Revolução Industrial
 Pa-ra-rá capacitados
 para a nova folia:
 Tecnologia
 Tecnologia.
 Domingo no parque sem documento
 Com Juliana-vegando contra o vento
 Saímos da nossa Idade Média nessa nau
 Diretamente para a era do pré-sal.
 Torquato Neto / do Piauí
 Pinta no verso / do céu daqui
 Aquela manhã que se inicia
 Desfolha a bandeira e renuncia
 Puta filia
 Puta filia
 (...)

TOM ZÉ. *Tropicalia Jacta Est*. 2012. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/tom-ze/tropicalia-jacta-est/>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

A música de Tom Zé representa um movimento cultural brasileiro conhecido como tropicalismo. Uma das características desse movimento é que ele sofre influência

- (A) de manifestações da cultura popular nordestina, sobretudo nas festas juninas agradando migrantes por reviver suas memórias e identidades.
- (B) de elementos da cultura cabocla urbana e indígena, que reforçam as identidades das pessoas do lugar.
- (C) de correntes artísticas de vanguarda e da cultura pop do Brasil e do exterior, misturando manifestações tradicionais e inovações estéticas radicais.
- (D) de ritmos advindos do recôncavo baiano adaptado ao ambiente urbano, encontrando terreno fértil nos festejos do carnaval de rua.

RASCUNHO

QUESTÃO 16

Em uma certa célula de uma planilha eletrônica, foi digitada a seguinte fórmula: “=CONT.NÚM(A1:A10)”. A célula em questão conterá a quantidade de células, no intervalo de A1 até A10, que contém

- (A) números.
- (B) números, incluindo células vazias.
- (C) números que atendem a certos critérios.
- (D) números e informações de qualquer tipo, incluindo valores de erro e valores lógicos.

QUESTÃO 17

As extensões dizem ao computador qual aplicativo criou ou pode abrir o arquivo. São exemplos de extensões de arquivos de planilhas eletrônicas os seguintes:

- (A) .png, .jpeg, .bmp.
- (B) .eps, .ps, .prn.
- (C) .xls, .xlsx, .xlsm.
- (D) .pdf, .svg, .ai.

QUESTÃO 18

Atalho de teclado é uma tecla ou um conjunto de teclas que, quando pressionadas, fornecem uma maneira alternativa de fazer algo que você normalmente faria com um mouse. A combinação de teclas, definidas pelo sistema operacional Microsoft Windows, que atualiza a janela ativa é:

- (A) Ctrl + Y
- (B) Ctrl + R
- (C) Ctrl + A
- (D) Ctrl + F4

RASCUNHO**QUESTÃO 19**

O Microsoft Bloco de notas é uma ferramenta de processamento de palavras incluída no Windows. Apesar de ser uma ferramenta simples, é possível mudar a fonte do texto. A maneira de alterar a fonte de um texto no Bloco de Notas é a seguinte:

- (A) selecione o texto, no menu superior clique em “Editar > Substituir” e escolha uma fonte na lista disponível.
- (B) selecione o texto, no menu superior clique em “Arquivo > Configurar Página” e escolha uma fonte na lista disponível.
- (C) selecione o texto, no menu superior clique em “Editar > Localizar” e escolha uma fonte na lista disponível.
- (D) selecione o texto, no menu superior clique em “Formatar > Fonte” e escolha uma fonte na lista disponível.

QUESTÃO 20

Ao utilizar um gerador de apresentações, como o PowerPoint, é possível inserir, nos *slides*, mídias de áudio e vídeo. Ao inserir áudio ou vídeo no PowerPoint, é possível

- (A) transformar um vídeo ou áudio em texto.
- (B) ajustar o tamanho e a posição do vídeo ou áudio.
- (C) inserir um vídeo ou áudio de um arquivo de texto.
- (D) inserir um vídeo ou áudio de um URL que esteja inacessível na Internet.

RASCUNHO

QUESTÃO 21

De acordo com a Lei nº 12.846/2013, o processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por

- (A) 2 servidores estáveis.
- (B) 2 ou mais servidores estáveis.
- (C) 3 servidores estáveis.
- (D) 3 ou mais servidores estáveis.

QUESTÃO 22

De acordo com a Lei nº 8.625/1993, são princípios institucionais do Ministério Público:

- (A) a unidade, a indivisibilidade e a obediência a sociedade.
- (B) a unidade, a indivisibilidade e a obediência hierárquica.
- (C) a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- (D) a unidade, a centralidade e a independência funcional.

QUESTÃO 23

De acordo com o inciso III do parágrafo 2 do artigo 130-A da Constituição Federal, "Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe, receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição", podendo avocar processos disciplinares em curso:

- (A) determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa.
- (B) determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria sem subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa.
- (C) determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com ou sem subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa.
- (D) determinar a remoção ou a disponibilidade e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa.

QUESTÃO 24

De acordo com o parágrafo VII do artigo 9 da Lei nº 8.429/1992 e de suas alterações, constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:

- (A) adquirir, para si, no exercício de mandato, de cargo, de emprego ou de função pública, e em razão deles, bens de qualquer natureza, decorrentes dos atos descritos no caput deste artigo, cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público, assegurada a demonstração pelo agente da licitude da origem dessa evolução.
- (B) adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, de cargo, de emprego ou de função pública, e em razão deles, bens de qualquer natureza, decorrentes dos atos descritos no caput deste artigo, cujo valor seja proporcional ao patrimônio ou à renda do agente público, assegurada a demonstração pelo agente da licitude da origem dessa evolução.
- (C) adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, de cargo, de emprego ou de função pública, e em razão deles, bens de qualquer natureza, decorrentes dos atos descritos no caput deste artigo, cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público, assegurada a demonstração pelo agente da licitude da origem dessa evolução.
- (D) adquirir, para si, no exercício de mandato, de cargo, de emprego ou de função pública, e em razão deles, bens de qualquer natureza, decorrentes dos atos descritos no caput deste artigo, cujo valor seja desproporcional ao patrimônio ou à renda do agente público, assegurada a demonstração pelo agente da licitude da origem dessa evolução.

QUESTÃO 25

De acordo com o parágrafo II do artigo 195 da Lei Complementar Estadual nº 291/2014 e de suas alterações posteriores, o processo administrativo disciplinar poderá

- (A) ser extinto ou suspenso, quando ocorrer transação administrativa, na forma do Regimento Interno da Corregedoria Geral.
- (B) ser extinto, quando ocorrer transação administrativa, na forma do Regimento Interno da Corregedoria Geral.
- (C) ser suspenso ou revisado, quando ocorrer transação administrativa, na forma do Regimento Interno da Corregedoria Geral.
- (D) ser extinto ou suspenso, quando ocorrer transação judicial, na forma do Regimento Interno da Corregedoria Geral.

QUESTÃO 26

Segundo o Art. 11 da Lei nº 14.230/2021 que altera a Lei nº 8.429/1992, que dispõe sobre improbidade administrativa, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública:

- (A) a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade, de legalidade e de lealdade.
- (B) a ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, de legalidade e de lealdade.
- (C) a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade.
- (D) a ação ou omissão que viole os deveres de integridade, de imparcialidade e de legalidade.

QUESTÃO 27

Segundo o caput do Art. 38 da Lei nº 8.625/1993 que instituiu a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, os membros do Ministério Público sujeitam-se ao regime jurídico especial e têm as seguintes garantias:

- (A) I - vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado; II - inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público; III - irredutibilidade de vencimentos, observado, quanto à remuneração, o disposto na Constituição Federal.
- (B) I - vitaliciedade, após três anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado; II - inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público; III - irredutibilidade de vencimentos, observado, quanto à remuneração, o disposto na Constituição Federal.
- (C) I - vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado; II - inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público; III - irredutibilidade de vencimentos, observado, quanto à remuneração, o disposto em Lei.
- (D) I - vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado; II - inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público ou particular; III - irredutibilidade de vencimentos, observado, quanto à remuneração, o disposto na Constituição Federal.

QUESTÃO 28

São considerados tipos de atos de improbidade administrativa os que importam enriquecimento ilícito,

- (A) causam prejuízo ao erário e decorrem de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário.
- (B) causam prejuízo ao erário e atentam contra os princípios da administração pública.
- (C) causam prejuízo intencional ao erário e atentam contra os princípios da administração pública.
- (D) causam prejuízo ao erário e atentam contra os princípios e normas do direito penal.

QUESTÃO 29

A ética do Ministério Público brasileiro é regulamentada

- (A) por analogia, pelo decreto presidencial nº 1.171/1994.
- (B) pela combinação dos decretos presidenciais nº 1.171/1994 e nº 6.029/2007.
- (C) diretamente pela Resolução Conjunta nº 09/2022 do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Nacional de Justiça.
- (D) diretamente pela Resolução nº 261/2023 do Conselho Nacional do Ministério Público.

QUESTÃO 30

Cabe ao membro do Ministério Público:

- (A) evitar publicações oficiais ou extraoficiais que contenham elementos de natureza ou motivação discriminatória em relação à raça, gênero, orientação sexual, religião e a outros valores ou direitos protegidos, ou que possam comprometer os ideais defendidos pela Instituição.
- (B) evitar publicações extraoficiais que contenham elementos de natureza ou motivação discriminatória em relação à raça, gênero, orientação sexual, religião e a outros valores ou direitos protegidos, ou que possam comprometer os ideais defendidos pela Instituição.
- (C) proibir publicações oficiais ou extraoficiais que contenham elementos de natureza ou motivação discriminatória em relação à raça, gênero, orientação sexual, religião e a outros valores ou direitos protegidos, ou que possam comprometer os ideais defendidos pela Instituição.
- (D) proibir publicações extraoficiais que contenham elementos de natureza ou motivação discriminatória em relação à raça, gênero, orientação sexual, religião e a outros valores ou direitos protegidos, ou que possam comprometer os ideais defendidos pela Instituição.

QUESTÃO 31

Os direitos e garantias fundamentais são mecanismos de proteção dos indivíduos e estão previstos no Título II da Constituição da República do Brasil, abrangendo:

- (A) os direitos e deveres individuais e coletivos, os direitos sociais, os direitos relativos à nacionalidade, os direitos políticos e o regramento dos partidos políticos.
- (B) as previsões dos direitos de soberania, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, os direitos ao pluralismo político e os direitos da pessoa humana.
- (C) os direitos à propriedade privada, os direitos à busca do pleno emprego, o direito ao livre exercício de qualquer atividade econômica e o direito ao bem-estar e à justiça social.
- (D) as garantias relativas à saúde, à previdência e à assistência social, o direito à educação, o direito ao desporto e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

QUESTÃO 32

O Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, contemplando, dentre outras, as funções institucionais de

- (A) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, expedir notificações nos procedimentos administrativos e exercer a representação judicial de entidades públicas.
- (B) promover o inquérito civil e a ação civil pública, requisitar diligências investigatórias e inquérito policial e exercer atividade político-partidária.
- (C) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas, zelar pelo efetivo respeito aos Poderes Públicos e exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com a sua finalidade.
- (D) exercer o controle externo da atividade policial, promover privativamente a ação penal pública e exercer qualquer outra função pública quando em disponibilidade.

QUESTÃO 33

O Art. 225º e seus parágrafos da Constituição da República do Brasil atribui a todos o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, com viés preventivo e repressivo. Essa dupla dimensão, preventiva e repressiva, revela a adoção pela norma constitucional em referência, do princípio

- (A) do desenvolvimento sustentável.
- (B) da função social da propriedade.
- (C) da participação popular.
- (D) do poluidor-pagador.

QUESTÃO 34

Quando o Poder Público presta um serviço público por suas próprias repartições, em seu nome e sob sua exclusiva responsabilidade, trata-se de um

- (A) serviço público centralizado.
- (B) meio público descentralizado.
- (C) mecanismo público direto.
- (D) serviço público desconcentrado.

QUESTÃO 35

A responsabilização por atos de improbidade administrativa, conforme disciplinado pela Lei nº 8.429/92 e atualização legislativa, busca tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social depende

- (A) da prática de conduta culposa tipificada nos artigos 9, 10 e 11, bastando a voluntariedade do agente.
- (B) de conduta dolosa com vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos artigos 9, 10 e 11.
- (C) do mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, mediante comprovação de ato ao menos culposos com fim ilícito.
- (D) de ato ímprobo praticado contra o patrimônio de entidade privada cuja criação ou custeio o Estado não tenha concorrido.

QUESTÃO 36

Os cinco princípios da Administração Pública estão expressos no Art. 37º, da Constituição da República do Brasil e buscam estabelecer o equilíbrio entre os direitos dos administrados e as garantias da Administração Pública. Pelo princípio da impessoalidade

- (A) as ações praticadas devem saber distinguir não só o bem e o mal, o legal e o ilegal, o justo e o injusto, mas sobretudo entre o honesto e o desonesto.
- (B) as funções da Administração Pública devem ser exercidas de modo a alcançar resultados positivos de forma a satisfazer a comunidade.
- (C) os atos e provimentos administrativos são imputáveis não ao funcionário que os praticam, mas ao órgão ou entidade administrativa da Administração Pública.
- (D) os comportamentos da Administração Pública devem se revestir de legalidade e transparência, sem sobressaltos das prerrogativas estatais.

QUESTÃO 37

Segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, “salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada”. Caso antes de entrar em vigor ocorra nova publicação destinada à correção de texto, o prazo da *vacatio legis* será

- (A) interrompido, começando a correr a partir da nova publicação do texto legal.
- (B) mantido inalterado, desde que não tenha ocorrido alteração de conteúdo da lei.
- (C) multiplicado por dois a partir do saldo existente.
- (D) suspenso, acrescentando-se o saldo remanescente.

QUESTÃO 38

Conforme previsão no Código Civil Brasileiro, “a menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil”. Porém, incapacidade para os menores cessará

- (A) pela união estável.
- (B) pelo exercício de magistério público ou privado.
- (C) pela concessão dos pais, a partir dos 15 anos completos.
- (D) pelo casamento.

QUESTÃO 39

Conforme estabelecido pelo Código Civil, são considerados bens públicos

- (A) as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- (B) os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.
- (C) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- (D) as benfeitorias ou melhoramentos ou acréscimos de uso especial.

QUESTÃO 40

Leia o texto a seguir.

O Código de Processo Civil Brasileiro (Lei nº 13.105/15) prevê que é assegurado às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, bem como que não será proferida decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida. Além disso, consta que o juiz não poderá decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deve decidir de ofício.

Tal regramento diz respeito

- (A) ao pressuposto da boa-fé processual.
- (B) à garantia do juízo natural.
- (C) ao princípio do contraditório.
- (D) à salvaguarda do acesso à jurisdição.

QUESTÃO 41

Em relação aos sujeitos do processo, constatada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, não sendo o vício sanado no prazo fixado pelo juiz

- (A) será extinto o processo se a providência couber ao autor.
- (B) perderá o direito de impugnação, se a omissão for do autor.
- (C) ocorrerá a perda do direito de produzir prova pelo réu.
- (D) determinará o desentranhamento da petição inicial.

QUESTÃO 42

Quando for o caso, o juiz e as partes, de comum acordo, podem fixar calendário para a prática dos atos processuais. Porque

- (A) o calendário não vincula o juiz e as partes, podendo os prazos nele previstos serem alterados a qualquer tempo, sem justificativa.
- (B) as partes ficam dispensadas de intimação para a prática de atos processuais ou realização de audiência cujas datas tiverem sido consignadas no calendário.
- (C) o conteúdo será controlado pelo juiz, o qual poderá recusar-lhes a aplicação em caso de inserção abusiva ou quando a parte for incapaz.
- (D) as práticas e termos processuais independem de forma, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, atinjam a finalidade.

QUESTÃO 43

Não se deve confundir o tipo com a tipicidade. O tipo é a fórmula que pertence à lei, ao passo que a tipicidade

- (A) compreende a característica que uma conduta possui em virtude de estar adequada a um tipo penal.
- (B) contempla a descrição contida na lei.
- (C) constitui a individualização das condutas humanas.
- (D) confirma a existência dos elementos normativos do tipo, especificamente o dolo e a culpa.

QUESTÃO 44

O princípio da individualização da pena, previsto na Constituição da República do Brasil, exige a não padronização da sanção penal, assim

- (A) fica evidente o dever de proporcionar condições adequadas de salubridade no estabelecimento prisional.
- (B) implica considerar a pena como uma consequência do indivíduo.
- (C) constitui uma regra que será aplicada pelo delegado de polícia.
- (D) significa que é necessário tornar individual a pena nos planos legislativo, executório e judicial.

QUESTÃO 45

De acordo o Art. 3º da Lei nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), as pessoas jurídicas serão responsabilizadas de forma administrativa, civil e penal nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade. Tal previsão revela que o legislador brasileiro:

- (A) admite a responsabilidade penal objetiva para as pessoas jurídicas e físicas.
- (B) contempla a tríplice responsabilização para as pessoas jurídicas.
- (C) prevê a responsabilidade penal subjetiva para as pessoas físicas.
- (D) disciplina a forma de reparação do dano ao meio ambiente de maneira integral.

QUESTÃO 46

A realização de uma audiência de instrução e julgamento na qual o juiz de Direito tenha iniciado a inquirição das testemunhas arroladas pela acusação para, somente após respondidas todas as suas perguntas, passar a palavra ao promotor de Justiça, constitui

- (A) situação de nulidade relativa, considerando que o juiz está autorizado pelo Código de Processo Penal a formular perguntas às testemunhas.
- (B) violação ao princípio da promotoria natural, sobretudo pelo fato de o juiz ter esgotado as possibilidades de perguntas às testemunhas.
- (C) constatação de violação do princípio acusatório, tendo o juiz efetivado substituição da atuação probatória do órgão de acusação.
- (D) confirmação de que o juiz está autorizado a iniciar os questionamentos às testemunhas, mesmo aquelas arroladas pela acusação.

QUESTÃO 47

O Art. 48º, do Código de Processo Penal contempla o princípio da indivisibilidade da ação penal, o qual

- (A) possui vinculação à ação penal de iniciativa pública.
- (B) tem aplicação aos crimes cuja ação penal seja condicionada à representação do ofendido.
- (C) comporta relação com processo penal iniciado por meio de denúncia do Ministério Público.
- (D) apresenta ligação com a disciplina da ação penal privada.

QUESTÃO 48

O acordo de não persecução penal constitui mecanismo de resolução de conflitos penais e se insere na estrutura da Justiça Penal Negociada. Em relação aos requisitos para a propositura do acordo de não persecução penal exigidos pelo artigo 28-A, do Código de Processo Penal

- (A) não sendo o caso de arquivamento, havendo confissão formal e circunstancial de prática de infração sem violência ou grave ameaça, com pena mínima inferior a 4 anos, o juiz poderá propor o acordo ao investigado.
- (B) negada a confissão formal e circunstancial, o acordo de não persecução penal fica prejudicado.
- (C) descumprida qualquer condição estipulada no acordo, o juiz declarará extinta a punibilidade.
- (D) nada poderá ser feito pelo Ministério Público no caso de cumprimento parcial das condições fixadas no acordo, constituindo direito subjetivo do investigado em ter declarada a extinção da punibilidade.

QUESTÃO 49

A Lei nº 13.969/2019 (Pacote Anticrime) promoveu várias alterações em diversos diplomas legais, dentre as quais se destaca a modificação da redação do Art. 112º da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84). Houve mudança acerca dos requisitos para que haja progressão no cumprimento da pena privativa da liberdade, sobretudo

- (A) o condenado reincidente que cumpre pena por crime hediondo não terá direito à progressão do regime de cumprimento.
- (B) a prática de falta grave durante o cumprimento da pena suspende o prazo para a obtenção da progressão de regime.
- (C) a decisão do juiz que determinar a progressão será motivada e independe de manifestação prévia do Ministério Público.
- (D) o apenado primário por crime cometido sem violência ou grave ameaça não terá direito à progressão se tiver má conduta carcerária.

RASCUNHO**QUESTÃO 50**

No atendimento da mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá tomar várias providências, dentre elas

- (A) fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida.
- (B) encaminhar a ofendida para tratamento psiquiátrico.
- (C) acompanhar a mulher vítima até o seu local de trabalho, regularmente, para garantir-lhe segurança.
- (D) informar genericamente à ofendida acerca dos seus direitos.

QUESTÃO 51

Leia o texto a seguir.

O princípio da sustentabilidade ambiental está previsto no artigo 225 da Constituição da República do Brasil e se baseia nas ações conscientes em relação ao meio ambiente, no sentido de que é dever do Poder Público e da coletividade (todos) defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. Além disso, consta no artigo 170, inciso VI, da Constituição, que qualquer atividade econômica tem o dever de defender o meio ambiente, sobretudo com tratamento diferenciado levando-se em consideração o impacto ambiental dos seus produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

Considerando o texto apresentado, constata-se que

- (A) o enfoque constitucional visa garantir a propriedade privada.
- (B) a atividade econômica é de iniciativa livre a todos, desde que seja preservado o meio ambiente, materializando o desenvolvimento sustentável.
- (C) o meio ambiente ecologicamente equilibrado decorre do incentivo à atividade econômica independentemente de limitação ao direito de propriedade.
- (D) a consciência na preservação ambiental decorre da atividade econômica.

RASCUNHO

QUESTÃO 52

Os princípios gerais do Direito Ambiental constituem vetores-guias e que devem nortear o Poder Público e toda a coletividade no trato com o meio ambiente. Dentre tais vetores-guias pode ser destacado o princípio da precaução, que constitui:

- (A) reforço à vedação de intervenções no meio ambiente quando não forem conhecidos ou previsíveis os impactos ambientais.
- (B) possibilidade de ampliação da atividade econômica.
- (C) maneira de garantir o desenvolvimento geral das atividades econômicas e não limitar o uso das matérias primas oriundas dos recursos naturais.
- (D) modo simplificado de tratar a degradação ambiental.

QUESTÃO 53

Leia o texto a seguir.

Em um fragmento de a metafísica dos costumes, Emmanuel Kant, tratando da doutrina das virtudes, afirma que “um ser humano nunca pode ser tratado apenas a título de meio para fins alheios ou ser colocado entre o objeto do direito das coisas: sua personalidade inata o protege disso, ainda que possa ser condenado à perda de sua personalidade civil”.

Tal afirmação é compatível com

- (A) os valores sociais do trabalho e do emprego.
- (B) as características de uma sociedade privada de direitos fundamentais.
- (C) os fundamentos da dignidade da pessoa humana.
- (D) as nações que buscam a solução interventiva dos conflitos internos.

QUESTÃO 54

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre as atribuições do Conselho Tutelar, destaca-se

- (A) representar ao Ministério da Educação, a fim de que seja proposta ação cautelar de antecipação da produção de provas, nas causas que envolvam violência contra criança e adolescente em estabelecimentos educacionais.
- (B) encaminhar ao Ministério Público Estadual representação para propositura de ação, visando o afastamento do provedor do lar, do domicílio ou do local de convivência com o agressor nos casos de violência doméstica.
- (C) requerer à autoridade policial a concessão de medidas protetivas aos vizinhos informantes de crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra criança e adolescente em situação de risco.
- (D) receber e encaminhar, quando for o caso, informações reveladas por noticiantes ou denunciante de prática de violência, uso de tratamento cruel, degradante ou de formas violentas de educação, correção ou disciplina contra criança e adolescente.

QUESTÃO 55

Verificada a prática de ato infracional e sendo aplicada medida socioeducativa

- (A) será admitida a prestação de trabalho forçado para fins de reparação do dano, nas hipóteses de extrema desobediência.
- (B) haverá possibilidade de aplicação da medida socioeducativa de reclusão ao adolescente, desde que levada em consideração a gravidade da infração.
- (C) receberão os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.
- (D) deverão ser observadas as regras relativas à gravidade da infração, às circunstâncias e à capacidade de cumprimento, para impor-se a medida de detenção.

QUESTÃO 56

Para a colocação de criança ou adolescente em família substituta, devem ser observados alguns cuidados, dentre os quais

- (A) o adolescente maior de 11 anos deverá consentir com a sua colocação em família substituta, devendo o consentimento ser colhido em audiência presidida pelo juiz de Direito com a participação do Ministério Público.
- (B) a criança e o adolescente, sempre que possível, será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estado de desenvolvimento e grau de compreensão em relação à medida, tendo sua opinião devidamente considerada.
- (C) os grupos de irmãos poderão ser colocados preferencialmente em famílias substitutas diferentes, para evitar o risco de abuso ou outra situação que implique manutenção do vínculo originalmente existente.
- (D) as hipóteses de adolescente, criança indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo, a colocação em família substituta deverá ocorrer fora da sua comunidade, em etnia diversa.

RASCUNHO

QUESTÃO 57

Leia o texto a seguir.

Conforme prevê o artigo 90, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90), "as entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes".

A fiscalização dessas entidades governamentais e não-governamentais será realizada

- (A) pela Vara da Infância e da Juventude e pela Secretaria de Segurança Pública.
- (B) pelo Conselho Estadual de Menores e pelo Conselho Municipal de Menores.
- (C) pelo Poder Judiciário e pela Delegacia da Infância e da Juventude.
- (D) pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.

QUESTÃO 58

Para a tutela dos interesses difusos e coletivos, conforme estabelece a Lei nº 7.347/85 (Lei da ação civil pública), o Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil visando instruir ação civil pública, devendo ser observado

- (A) esgotadas todas as diligências, se o órgão do Ministério Público se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, de forma fundamentada.
- (B) concluídos os autos do inquérito civil, com ou sem as peças de informação, estes deverão ser remetidos, no prazo de até 3 dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, sob pena de se incorrer em falta grave.
- (C) cumpridas todas as determinações feitas pelo órgão do Ministério Público, o inquérito civil será arquivado na secretaria da Promotoria de Justiça, comunicando-se a decisão, de forma fundamentada, ao Conselho Superior do Ministério Público.
- (D) formados os autos do inquérito civil e, uma vez encerradas as investigações, o órgão do Ministério Público fica dispensado de propor a competente ação civil pública quando verificar que restaram confirmados os fatos objeto de apuração.

QUESTÃO 59

Segundo estabelece a Lei nº 7.437/85 (Lei da ação civil pública), bem como a Constituição da República do Brasil nos seu Art. 129º, inciso III e 216º, o Ministério Público está legitimado a propor ação civil pública visando a defesa do patrimônio cultural, bens de natureza material e imaterial, nos quais se incluem:

- (A) a democratização de acesso aos bens públicos e privados.
- (B) o desenvolvimento sustentável das atividades econômicas e industriais.
- (C) as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver.
- (D) os conjuntos de imóveis rurais, independentemente de sua destinação e uso.

QUESTÃO 60

São legitimados à propositura da ação civil pública vários órgãos públicos, dentre os quais se destaca o Ministério Público, a Defensoria Pública, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista. Tais órgãos públicos, além da possibilidade de propositura da ação civil pública, estão legitimados a

- (A) instaurar o inquérito civil para a propositura da ação principal.
- (B) tomar compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais.
- (C) presidir investigação criminal visando a responsabilização dos infratores.
- (D) habilitar em litisconsórcio obrigatório e incidental à ação civil em curso.

RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

CARGO: Analista Ministerial – Direito

Questão 01

Leia atentamente o caso penal hipotético a seguir narrado para responder às questões formuladas na sequência.

No dia 10 de agosto de 2023, na Avenida Principal, Rio Branco, nas proximidades da DF Tratores e serviços, no estabelecimento comercial denominado B. E., por volta das 15:00 horas, mediante violência e grave ameaça exercida com o uso de duas armas de fogo (pistola calibre .40 e revólver calibre 38), P.A., em concurso com D.C., subtraíram o aparelho de telefone celular, a importância de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) e a carteira com documentos de propriedade da vítima A.N. Na ocasião, P.A. pilotava uma motocicleta Honda 150, cor preta, estando D.C. na garupa. A vítima foi abordada por P.A., que lhe apontou a arma e subtraiu seus pertences, enquanto D.C. o aguardava na direção da moto com a pistola na cintura. Após a subtração, P.A., antes de sair, virou para trás e, sem olhar, desferiu um disparo de arma que atingiu a vítima na cabeça, causando a sua morte. Na sequência, P.A. e D.C. fugiram do local com os objetos subtraídos. Consta que o vizinho S.A. viu a ação e chamou a polícia que, após perseguição aos autores do crime, conseguiu prendê-los em flagrante delito. A ação toda foi registrada pelo circuito de câmeras do vizinho S.A. Realizou-se a audiência de custódia dentro do prazo de 24 horas após a comunicação da prisão ao juiz de direito. O inquérito policial foi instaurado e foram tomadas as providências cabíveis segundo o Código de Processo Penal. Foram ouvidas 36 testemunhas, que presenciaram o crime. Durante o interrogatório, houve tortura psicológica de ambos os indiciados, que confessaram a prática do crime. O inquérito foi concluído com a juntada da certidão de antecedentes criminais dos indiciados, na qual se observou tratar de condenados por homicídio e foragidos da Justiça. Após, o inquérito foi relatado e remetido pelo Delegado de Polícia ao Poder Judiciário de Rio Branco. Após ser cadastrado no sistema, o inquérito policial foi com vista ao Ministério Público, conforme previsão no Código de Processo Penal.

- (A) Enumere, pelo menos, três meios de prova adequados para o caso penal acima narrado.
- (B) Responda se o presente caso penal comporta a produção de prova pericial e justifique.
- (C) Responda qual o prazo para a conclusão do inquérito policial e justifique.
- (D) Responda qual é medida cautelar mais adequada para o presente caso penal e fundamente.
- (E) Quantas testemunhas o Promotor de Justiça poderá arrolar no bojo da denúncia? E por parte da defesa dos acusados, quantas testemunhas poderão ser arroladas ao todo?
- (F) Responda se a confissão dos investigados pode ser utilizada como prova para a condenação e fundamente.
- (G) Responda se o juiz que presidir toda a instrução probatória do presente caso penal deverá proferir a sentença e fundamente.

FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30